



## NÃO É POSSÍVEL CRUZAR OS BRAÇOS FACE À GRAVIDADE DOS FATOS

A DIRETORIA DA ADCPII encaminhou Ofício e criou uma Petição Pública [\[Assine aqui\]](#) para enviar aos integrantes do Conselho Internacional do Fórum Social Mundial (CI-FSM) ratificando a proposta de Boaventura de Sousa Santos de criação do TRIBUNAL ÉTICO INTERNACIONAL DO FSM (TEI-FSM) visando, dentre outros objetivos, analisar e avaliar política e juridicamente o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff. A proposta sugere a urgência de debates sobre os fatores que produzem estados de exceção com fachada de normalidade democrática, a exemplo do que vem acontecendo no Brasil. Mais do que isso, propõe que sejam traçadas estratégias capazes de impedir o avanço de forças antidemocráticas a fim de se garantir o Estado Democrático de Direito.

A gravidade da atual conjuntura política no Brasil, na qual a admissibilidade do processo de impeachment da Presidenta eleita foi aprovada pelo Senado, no dia 13 de maio, é motivo principal para que o sociólogo português solicite que a sessão de instalação do TEI-FSM tenha lugar em Brasília, nos próximos seis meses enquanto durar o julgamento do impeachment. [\[Leia aqui o texto na íntegra\]](#)

## DEU NO NEW YORK TIMES

Não podemos colocar em dúvida a função da grande mídia brasileira em apoiar o processo de impeachment de Dilma Rousseff. Mesmo alardeando imparcialidade - que sabemos, e admitimos, é impossível alcançar - os grandes empresários que controlam os meios de comunicação defendem o que teóricos políticos vêm chamando de neo-golpe, isto é, “a produção de estados de exceção com fachada de normalidade democrática”, ou em outras palavras: “golpes de Estado sem aparente ruptura institucional”.

Também, não é demais lembrar que são esses empresários que nos querem fazer crer que o impedimento da presidente eleita democraticamente no Brasil possa representar o fim da corrupção - sobre a qual temos todos acordo e urgência em pôr fim. “Não há nenhuma evidência de que ela (Dilma Rousseff) abusou de seu poder para obter ganhos pessoais, enquanto que muitos dos políticos que orquestraram sua expulsão foram implicados em um esquema de propina enorme e outros escândalos”, informa o Editorial do New York Times.

Sabemos que o processo de impeachment foi orquestrado, sobretudo pelo Deputado Eduardo Cunha, pelo Senador Renan Calheiros - ambos presidentes das duas casas legislativas - Câmara e Senado, respectivamente - e pelo atual presidente interino, Michel Temer. A imprensa internacional sabe e noticia que “o Supremo Tribunal Federal determinou na semana passada que Eduardo Cunha, o legislador veterano que levou o esforço para expulsar Rousseff, (deixou) o cargo para ser julgado por acusações de corrupção. O vice-presidente Michel Temer, que assumiu o comando do país na quinta-feira, poderia ser inelegível para concorrer a um cargo por oito anos, porque as autoridades eleitorais tornaram-no réu recentemente por violar os limites de financiamento de campanhas.”

Sabemos, também, que o STF autorizou três inquéritos contra Renan Calheiros por denúncias apresentadas na Operação Lava Jato.

Não é, portanto, admissível, nem ético, que esse trio de parlamentares do PMDB seja capaz de levar a cabo a missão de pôr fim à corrupção. O Editorial do New York Times, ao analisar o perfil dos três artífices principais do processo de impeachment, levanta a hipótese de que “o esforço para remover Dilma tem mais a ver com sua decisão de permitir que se avance com as investigações de corrupção.”

A leitura de tantos outros jornais internacionais, a exemplo do norte-americano, no dia 13 de maio de 2016, nos permite conhecer a repercussão negativa do processo de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff. À grande mídia brasileira não poderia restar outro papel. Coube ao correspondente da Globo News, Jorge Pontual, informar o que os jornais internacionais diziam, depois da sessão do Senado que aprovou a admissibilidade do

processo de impedimento da presidente eleita democraticamente. [[Clique aqui para ver e ouvir](#)]

## DENUNCIE O GOLPE NO BRASIL PARA O MUNDO

O Jornal The Guardian abriu, na última sexta-feira, dia 13/5, um espaço em sua página eletrônica para que brasileiros e brasileiras se posicionem sobre o golpe que está em curso no país. [[Clique aqui para acessar o site do The Guardian](#)]

Entretanto, como a página está em inglês, sugerimos um link cuja tradução pode dar suporte para o preenchimento do formulário e envio de denúncias. [[Clique aqui para acessar o site com a tradução](#)]

## OCUPAÇÃO DO PALÁCIO GUSTAVO CAPANEMA UM ATO DE RESISTÊNCIA CONTRA A EXTINÇÃO DO

Na última segunda-feira, dia 16/5, o Palácio Gustavo Capanema, onde hoje funciona a Funarte, foi ocupado por profissionais da cultura, estudantes e sociedade civil organizada. Segundo informações da página *Ocupa MinC RJ* [[Clique aqui para ter maiores informações](#)], este “é um ato de repúdio ao governo ilegítimo de Michel Temer. Em sua política golpista, a extinção do MinC é só mais uma de muitas imposições sem a participação popular.”

A ocupação do Palácio Gustavo Capanema é mais uma dentre outras dez ocupações que acontecem em prédios públicos de diferentes capitais do país e segue com programações diárias.

FONTE: [Folha de São Paulo - Caderno Ilustrada](#)



## A DIRETORIA DA ADCPII DIVULGA E APOIA

Divulgamos e apoiamos a *Nota de Repúdio* a seguir, encaminhada pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros do Colégio Pedro II (NEAB- CPII):

### NOTA DE REPÚDIO

**EXTINÇÃO DO MINISTÉRIO DAS MULHERES, IGUALDADE RACIAL, DA JUVENTUDE E DIREITOS HUMANOS**

No último dia doze de maio, o Presidente Interino Michel Temer assinou a Medida Provisória nº 726, extinguindo o MINISTÉRIO DAS MULHERES, IGUALDADE RACIAL, DA JUVENTUDE E DIREITOS HUMANOS. Esta decisão afronta as garantias constitucionais e o estado democrático: uma violência aos direitos conquistados. Entendemos que a existência de pasta específica para tratar estes temas é fundamental para o fortalecimento das ações de reparação, promoção e defesa desses direitos, com as quais o Estado brasileiro está comprometido, tanto por força da legislação nacional quanto dos tratados internacionais ratificados pelo País, bem como em atendimento ao princípio do não retrocesso em Direitos Humanos, Direito das Mulheres, Direitos da Juventude e do tratamento igualitário em termos de relações étnico-raciais. De acordo com dados produzidos pela Secretaria de Direitos Humanos, extinto órgão vinculado ao Ministério das Mulheres, Igualdade Racial, Juventude e Direitos Humanos, o Brasil se caracteriza como um dos países do mundo com os mais elevados índices de segregação e violência orientadas por critérios sexuais, raciais e de classe. Não obstante, vivemos a crescente notificação de feminicídio, homofobia e violência cultural e letal contra negras e negros e, sobretudo, sua juventude. Segundo dados do Mapa da Violência - Homicídio de Mulheres, produzido pela ONU Mulheres/Opas/SPM, lançado neste ano, o número de mulheres vítimas de homicídio cresceu 21%, entre 2005 e 2015, no Brasil. Foram 46.186 vítimas, em grande parte, assassinadas por pessoas conhecidas. Os dados revelam que o país é um dos líderes quando se fala de violência contra a mulher, figurando em quinto lugar, com uma taxa de 4,8 mulheres assassinadas para cada 100 mil habitantes. Necessitamos, urgentemente, de políticas públicas que combatam a cultura violenta que incentiva e educa a sociedade para o preconceito, o ódio, a intolerância e o extermínio letal e cultural de lésbicas, travestis, transexuais, gays, negros e negras, mulheres heterossexuais, povos originários e adeptos de cultos afro-brasileiros. Neste sentido, a extinção do MINISTÉRIO DAS MULHERES, IGUALDADE RACIAL, DA JUVENTUDE E DIREITOS HUMANOS é um grande retrocesso. Assim sendo, os Grupos e Núcleos de Pesquisa, Extensão e Ensino da Universidade Federal do Rio Grande - FURG abaixo assinados repudiam as posturas conservadoras que geraram esta extinção, pois percebemos a necessidade de afirmação dos direitos humanos e de amplo diálogo sobre os temas com o conjunto da população, problemática que deve se tornar ainda mais aguda devido à situação política, econômica e ambiental que o País vive e que pode gerar violações à parcela da população mais vulnerável.

Rio Grande, 15 de maio de 2016.

CRDH - Centro de Referência em Direitos Humanos

NAU - Núcleo de Análises Urbanas

NEABI - Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas

NÓS DO SUL - Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Identidades, Currículos e Culturas

## **BRASIL: O GOLPE DE 2016 VALE A PENA LER**

A editora Ediciones Ambulantes lançou no dia 7 de maio de 2016, na Espanha, um livro digital (e-book) gratuito, com o objetivo de analisar o golpe no Brasil. Intitulado Brasil: golpe de 2016, traz análises e opiniões, em espanhol, sobre a situação política no Brasil, com textos de Eric Nepomuceno, Chico Buarque, Wagner Moura, Fernando Morais, Leonardo Boff, Jean Wyllys, dentre outros.

## ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO



Entre os dias 16 e 18 de junho, a ADCPII enviará dois representantes para o [II Encontro Nacional de Educação](#).

O II ENE tem por objetivo construir um projeto classista e democrático de educação e uma agenda de lutas em defesa da educação pública e gratuita e também aprofundará o debate sobre a atual conjuntura marcada por intensos ataques aos direitos sociais e trabalhistas. Aguardem mais notícias!

## REVISTA EDUCAÇÃO EM PAUTA PRORROGADO O PRAZO PARA O ENVIO DE ARTIGOS

### CHAMADA PARA 4º NÚMERO

Serão muito bem-vindas as contribuições para o quarto número da revista **EDUCAÇÃO EM PAUTA**, que sairá **no início do segundo semestre de 2016**. Os associados e associadas que desejarem contribuir com o envio de artigos deverão enviá-los até o dia **22** de maio de 2016 e observarem as seguintes instruções:

- os autores deverão informar o Departamento ao qual pertencem e o campus em que trabalham;
- os artigos deverão ter, no máximo, 16 mil caracteres com espaço;
- as eventuais ilustrações para os artigos (fotos, imagens etc.) deverão ser enviadas com as devidas legendas;
- não é necessário inserir “resumo” e “palavras-chave”;
- o endereço eletrônico para o envio dos artigos é [secretaria@adcpil.com.br](mailto:secretaria@adcpil.com.br).

### SOBRE A REVISTA

**EDUCAÇÃO EM PAUTA** aceita colaborações **somente** dos seus associados, reservando-se o direito de publicar ou não o material enviado. A fim de manter padrões editoriais, os textos poderão sofrer alterações; nesse caso, os autores serão consultados. Os artigos devem ser enviados à ADCPII, para o e-mail [secretaria@adcpil.com.br](mailto:secretaria@adcpil.com.br), e deverão ter no máximo 16 mil caracteres com espaço.

